

A deposição de Dilma Rousseff através dos *memes*: um olhar sobre a misoginia, machismo e sexismo

The deposition of Dilma Rousseff through memes: a look at
misogyny, machism and sexism

Lorena Danielle Santos

Mestranda em História
Universidade Estadual de Montes Claros
lorenadanielleadm@hotmail.com

Ivana Veloso

Mestranda em História
Universidade Estadual de Montes Claros
yvavelosoalmeyda@gmail.com

Recebido em: 09/11/2020

Aprovado em: 03/01/2021

Resumo: Com o avanço da tecnologia e conseqüentemente do mundo digital, os *memes* virtuais têm demonstrado seu poder de influência nas mais diversas áreas da nossa sociedade, como por exemplo na esfera política. Nesse sentido, este trabalho propõe analisar a deposição da ex-presidenta do Brasil, Dilma Vana Rousseff, utilizando os *memes* enquanto fontes históricas. Para tanto, a análise centrou-se em três categorias, sendo elas: Machismo, Sexismo e Misoginia. A intenção é verificar quais foram as principais ideias empregadas, enquanto recurso argumentativo para a mobilização do maior número possível de brasileiros, por aqueles que diretamente se posicionaram contrários à continuação de Dilma Rousseff no cargo da presidência do país. Tendo tal contexto de crise política como ponto de partida, discutimos teoricamente a História das Mulheres, o gênero e a representação da mulher na mídia, sendo este último item portador de importância capital para a construção da pesquisa e análise dos *memes* que elencamos.

Palavras-chave: Memes; Dilma Rousseff; Poder.

Abstract: With the advancement of technology and, consequently, the digital world, the same virtual ones have demonstrated their power of influence in the most diverse areas of our society, such as, for example, in the political sphere. In this sense, this work proposes to analyze a deposition of the ex-president of Brazil, Dilma Vana Rousseff, using memes as historical sources. For this, a central analysis in three categories, namely: Machismo, Sexismo and Misogyny. The authentic intention was to verify which were the main ideas employed, in the argumentative resource for the mobilization of the largest possible number of Brazilians, by those who directly opposed the continuation of Dilma Rousseff in the position of president of the country. Taking this context of political crisis as a starting point, we theoretically discuss the History of Women, gender and representation of women in the media, the latter being an item of important capital

for the construction of research and we analyze the memes that elect the research and ditch the memes.

Keywords: Memes; Dilma Rousseff; Power.

História, gênero e a imagem da mulher na grande mídia

O campo de estudo da História das Mulheres que emergiu no final dos anos 1970 ainda está, paulatinamente, expandindo-se com suas pesquisas e abordagens que debruçam sobre temas relacionados à luta das mulheres ao longo dos anos e à sua atuação nas várias esferas sociais. Em diálogo com esse campo e dentro da esfera do político que, neste trabalho, analisaremos o contexto em que ocorreu o processo de *impeachment* da primeira mulher a se tornar presidente da nação brasileira: Dilma Rousseff. Eleita em 2010 e reeleita em 2014, Rousseff não completou o segundo mandato, pois em 31 de outubro de 2016 finalizou-se o processo de *impeachment* que a depôs do poder.

O processo de impeachment teve início nas acirradas eleições de 2014 entre PT e PSDB que disputaram projetos políticos, índices de desenvolvimento e acusações de corrupção. Após a vitória de Dilma (51,64% dos votos), o candidato derrotado Aécio Neves (48,36%) liderou diferentes ações visando a criminalização da chapa vencedora. Finalmente, a Câmara Federal acolheu, em setembro de 2015, a acusação formal sobre o crime de responsabilidade fiscal (as “pedaladas fiscais”) associadas discursivamente a críticas sobre a paralisia econômica do País, à postura pessoal de Dilma e sua suposta ligação com o esquema de corrupção denunciado pela Operação Lava Jato. Essa situação foi seguida por centenas de manifestações nas ruas, pró e contra *impeachment*, nutrindo o debate sobre os limites da crise política brasileira (BECKER et al., 2016, p. 99).

Nosso objetivo é analisar o referido contexto de crise política através dos *memes* da internet, que foram produzidos por usuários a favor do *impeachment* da então presidenta do Brasil. Para tanto, empregamos três categorias de análise: misoginia, machismo e sexismo. Além disso, discutiremos como a grande mídia tem se posicionado em relação às mulheres e as formas como elas são retratadas pelos meios de comunicação, tal como já foi observado por pesquisadoras como Amanda Rezende Lopes:

As ideias de “ser mulher” e de “ser mulher na mídia” parecem estar sempre em condição de inferioridade e submissão. O feminino está associado, social e midiaticamente, a características e qualidades limitantes construídas por meio de desigualdades em relação ao sujeito homem e pela manutenção da opressão nas relações de gênero. Os códigos relativos às mulheres contribuem para a permanência de estereótipos no senso comum. O feminino é percebido como um conjunto de símbolos e regras reforçado através de mitos e imagens

produzidos socialmente com sentido de eternização e estabelecimento de identidades fixas, fato que cria um distanciamento entre as múltiplas possibilidades e experiências femininas. Dessa forma, torna-se imprescindível o estudo e o debate sobre as questões de gênero e as representações midiáticas femininas (LOPES, 2017, p. 08).

Nesse sentido, geralmente quando as mulheres são expostas pela grande mídia, o que chama atenção é a forma como são apresentadas: via de regra, em situações de desigualdade de gênero. A mulher ainda é situada no âmbito do privado, isto é, do lar. É posta como inferior ao homem, incapaz de realizar determinadas tarefas e funções, especialmente na política, que diz respeito à esfera pública. Por outro lado, a imagem do homem não passa por essas mesmas situações em que as mulheres são retratadas, já que o homem é mostrado, geralmente, pelo perfil de um mentor (caso exemplar é o do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que apareceu em um discurso midiático nacional e hegemônico como o grande mentor de Dilma Rousseff durante suas gestões) tal como uma pessoa forte e habilidosa, mas também é apresentado como um aventureiro ou como intelectual capaz de desenvolver toda e qualquer atividade. Nesses termos, para Amanda R. Lopes:

Os elementos diferenciadores, como a posição de submissão da mulher em relação ao homem e as delimitações de papéis distintos entre os gêneros (o cuidado com o lar e com a educação dos filhos como tarefa feminina e o trabalho e sustento da família como responsabilidade masculina, por exemplo), foram os mesmos que tornaram possível o surgimento da imprensa feminina com suas características próprias (LOPES, 2017, p. 08).

No cenário brasileiro, a imprensa feminina vai surgir durante a segunda metade do século XIX, em meio às transformações sociais que estavam ocorrendo, sobretudo depois que a família real portuguesa chegou ao Brasil (1808). Os assuntos abordados pelas revistas diziam respeito à poesia, culinária, moda e tudo mais que para os valores daquela época se aplicava ao universo das mulheres burguesas.

Entretanto, é preciso pontuar como atualmente os movimentos feministas têm avançado nas discussões e alcançado novos públicos através da sua atuação nos espaços virtuais. A era digital tem permitido que grupos oprimidos se organizem, como por exemplo, o transfeminismo (movimento de mulheres transexuais), possibilitando-lhes se expressarem socialmente, promoverem debates entre os internautas, bem como traçarem coletivamente novas estratégias políticas a serviço de combater o sem-número de violências que ainda sofrem todos os dias.

A web traz a possibilidade de novas estratégias de atuação e intervenção política contra as desigualdades e as violências sofridas. A partir daí, é notado o

crescimento de revistas femininas *on-line*, até mesmo declaradamente feministas ou voltadas para discussões de assuntos relativos ao movimento (LOPES, 2017, p. 09).

No que diz respeito à questão das representações sociais, convém discutirmos teoricamente os seus significados. Foi por volta dos anos de 1970, no âmbito da Nova História Cultural, que as representações sociais se tornaram objeto de estudo dos historiadores. Para Serge Moscovici (2007), tais representações são compostas por duas faces: a icônica e a simbólica. Além disso, são capazes de estabelecer relação entre uma ideia e uma imagem.

A historiadora Sandra J. Pesavento (2012) nos informa que as representações sociais não exigem veracidade, posto que sua força está na capacidade de mobilizar as pessoas, produzir reconhecimento e legitimidade social. Já para o historiador Roger Chartier, o conceito de representação está implicado nestes sentidos: “a representação como dando a ver uma coisa ausente, o que supõe uma distinção radical entre aquilo que representa e aquilo que é representado; por outro, a representação como exibição de uma presença, como apresentação pública de algo ou alguém” (CHARTIER, 1990, p. 20).

João Freire Filho (2005, p. 19), que parte das discussões de cultura da mídia de Douglas Kellner, argumenta que em relação ao foco das representações midiáticas é possível avaliar, entre outros pontos, como os gêneros e artefatos culturais podem funcionar para forjar a aceitação do *status quo* e a dominação social, mas que também podem encorajar os grupos subordinados a resistir à opressão contestando as estruturas de poder. Por meio desse aparato teórico, consideramos relevante a discussão sobre o conceito de representação social que os historiadores fazem, mas também destacamos a análise crítica da ideia de sub-representação:

A análise crítica da sub-representação ou da representação distorcida de identidades sociais (classes, gêneros, orientações sexuais, raças, etnias, nacionalidades) se consolidou, desde a década de 1960, como um dos temas centrais da agenda dos estudos culturais e midiáticos. Tal inclinação teórica se harmoniza com a pauta de reivindicações dos novos movimentos sociais, notabilizados por uma preocupação profunda com a questão da identidade – o que ela significa, como é produzida e questionada (FREIRE FILHO, 2005, p. 20).

Consideramos que as mulheres ainda aparecem, de forma dominante através dos meios audiovisuais, portando representações distorcidas que influem na forma como as pessoas as enxergam, mas que tais representações também conseguem atuar no processo fluido de (re)formulação das identidades coletivas. Ao refletirmos acerca da imagem das mulheres na

mídia, visto que estas ainda fazem parte de um grupo marginalizado e oprimido em nossa sociedade (como ficou nítido nas manifestações durante o processo de *impeachment* de Dilma Rousseff), consideramos o seguinte ponto:

A chamada política de identidade se caracteriza pela afirmação e defesa da singularidade cultural dos grupos oprimidos ou marginalizados. Ativistas negros, feministas e homossexuais estenderam definitivamente o sentido do político para além de suas fronteiras convencionais – sem negligenciar as origens econômicas dos processos de exclusão e a importância das disputas tradicionais pelo acesso às riquezas materiais, ratificaram o caráter estratégico da representação nas diversas instâncias e instituições culturais (materiais didáticos, currículos escolares, meios de comunicação de massa) que afetam o modo como nós vemos e como somos vistos e tratados pelos outros (Kellner, 1995; Gripsrud, 2002; Silverstone, 2002) (FREIRE FILHO, 2005, p. 20).

Na contemporaneidade, as identidades culturalmente construídas têm sido regularmente contestadas pelas lutas políticas. Por essa razão, concordamos com Woodward (2000) sobre as representações serem de suma importância no processo de significados que produzem, já que são capazes de ofertar sentido às experiências que temos e que nos formam como sujeitos históricos. A referida autora, em sua argumentação, acrescenta:

Podemos inclusive sugerir que esses sistemas simbólicos tornam possível aquilo que somos e aquilo no qual podemos nos tornar. A representação, compreendida como um processo cultural, estabelece identidades individuais e coletivas e os sistemas simbólicos nos quais ela se baseia fornecem possíveis respostas às questões: Quem eu sou? O que eu poderia ser? Quem eu quero ser? Os discursos e os sistemas de representação constroem os lugares a partir dos quais os indivíduos podem se posicionar e a partir dos quais podem falar (WOODWARD, 2000, p. 18).

A partir desses princípios, Rachel Moreno (2017) em sua obra *A imagem da mulher na mídia*, traz importantes reflexões sobre a imagem da mulher sobretudo na internet. Porém, a autora ressalta que é justamente a televisão que ainda tem grande destaque de audiência, pois penetra mais facilmente os lares informando as pessoas, mas também entretendo e educando, em especial, as crianças, posto que “as mães acreditam estarem mais seguras no sofá de casa, em frente à TV, do que sujeitas aos perigos da rua, amplificados e multiplicados nos noticiários dos diversos meios de comunicação” (MORENO, 2017, p. 29). O fato é que muitos pais e familiares em nossa sociedade estão criando seus filhos por meio e através da presença contínua da internet e da televisão. Assim, as crianças estão crescendo diretamente inseridas no mundo virtual, sujeitas a serem excessivamente influenciadas por ele e pelas ideias e imagens que aparecem de forma dominante.

De volta ao contexto do *impeachment* de Dilma Rousseff, sobretudo durante as manifestações a favor de sua deposição, notamos como grande parte da população foi influenciada por aqueles que, através dos meios audiovisuais, julgaram e condenaram Rousseff como corrupta. Essas pessoas se engajaram nas redes sociais divulgando notícias na maioria das vezes sem a devida apuração das informações que tanto reproduziam para construir suas narrativas. Mesmo assim, seguiam adiante no intuito principal de induzir o máximo de pessoas possível, contando com o imenso alcance de público da internet. Por essa razão que durante as manifestações *pró-impeachment*, se tornou uma tarefa fácil, embora também complexa, detectar a violência de gênero direcionada à Dilma Rousseff, especialmente quando partimos para análise do engajamento dos internautas nas redes sociais.

Além disso, sabemos que a grande mídia aborda fatalmente, como bem mencionado por Rachel Moreno (2017, p. 33), a espetacularização da violência, dando destaque àquela que atinge os indivíduos e seus interesses particulares. Por outro lado, essa mesma mídia pouco enfatiza sobre a exclusão social e a violência simbólica exercida “com a cumplicidade tácita dos que a sofrem e também, com a frequência, dos que a exercem, na medida em que uns e outros são inconscientes de exercê-la ou de sofrê-la” (BOURDIEU, 1997, p. 22).

Moreno pontuou a violência de gênero muito presente no meio midiático. Quanto a isso, acrescentamos que as grandes coberturas midiáticas brasileiras feitas sobre o processo de *impeachment* de Rousseff, constituem um caso exemplar. No entanto, Rachel Moreno pondera:

A violência de gênero aparece também, mas sempre isolada de seu contexto, ponderação, consequências – torna-se visível somente quando tem o potencial de atrair e prender a atenção -, personalizando-a, enquanto der audiência e não ferir interesses comerciais (como quando se exilou, por dias a fio, a história do sequestro de Eloá, no ABC paulista, mas os suicídios ou as tentativas de estupro no metrô não são noticiados) (MORENO, 2017, p. 34).

Pelo exposto, propomos fazer uma leitura sobre a violência de gênero direcionada à Dilma Rousseff através dos *memes* da internet que circularam e ganharam grande visibilidade nas redes sociais, reforçando o discurso criado em prol da legalidade jurídica dessa deposição política. Todos esses *memes* que analisaremos foram produzidos por vozes contrárias à Rousseff. Por essa razão, tinham como principal finalidade mobilizar outras centenas de pessoas a pensarem da mesma forma e a fazerem coro com aqueles que poderiam, efetivamente, depô-la do cargo. Pontuamos que a defesa de Rousseff ocorreu nos meios populares, sobretudo através do engajamento de mulheres feministas que a defenderam, não necessariamente porque apoiavam

sua política, mas porque se fizeram solidárias a uma mulher que estava sendo atacada de todas as formas possíveis.

A próxima parte do texto está dedicada a discutir e conceituar, academicamente, o gênero e as categorias de análise que empregaremos neste estudo: misoginia, machismo e sexismo.

Um estudo de gênero sobre o processo de *impeachment* de Dilma Rousseff

Quando tratamos das manifestações do *impeachment* de Dilma Rousseff e, consequentemente, sobre as expressões de ódio e repulsa pela sua imagem de mulher, seja através dos *memes* ou por outros canais de divulgação das mídias, é indispensável termos clareza sobre o conceito de gênero que ainda é tão incompreendido pelo senso comum.

Margareth Rago (1998), importante autora ligada ao estudo da situação das mulheres e das questões de gênero, em seu texto *Descobrimo historicamente o gênero*, busca definir esse conceito. Rago destaca alguns estudos realizados por ela, como também ressalta seu interesse em alargar as pesquisas sobre a história das mulheres e do gênero no Brasil, posto que historicamente as vozes das mulheres foram silenciadas. Então sobre o gênero, a autora argumenta que é uma “construção social e cultural das diferenças sexuais, categoria que trazia muito desconforto para todos nós pelo desconhecimento que a cercava” (RAGO, 1998, p. 89), evidenciando, assim, que foi diante da necessidade de discutir acerca do gênero que historiadores, sociólogos e antropólogos passaram a dar atenção para a sexualização do discurso historiográfico. Desde então, os movimentos feitos por mulheres passaram a reivindicar a o papel da mulher na história e a aquisição dos seus direitos. Foi nesse horizonte que as mulheres também começaram a adentrar nas universidades. Nesse ponto, Margareth Rago explicou:

É bem verdade que a entrada das mulheres nos círculos universitários já vinha produzindo uma certa feminização do espaço acadêmico e das formas da produção dos saberes. Em outras palavras, desde os anos setenta, as mulheres entravam maciçamente nas universidades e passavam a reivindicar seu lugar na História. Juntamente com elas, emergiam seus temas e problematizações, seu universo, suas inquietações, suas lógicas diferenciadas, seus olhares desconhecidos. Progressivamente, a cultura feminina ganhou visibilidade, tanto pela simples presença das mulheres nos corredores e nas salas de aula, como pela produção acadêmica que vinha à tona. Histórias da vida privada, da maternidade, do aborto, do amor, da prostituição, da infância e da família, das bruxas e loucas, das fazendeiras, empresárias, enfermeiras ou empregadas domésticas, fogões e panelas invadiram a sala e o campo de observação intelectual ampliou-se consideravelmente. O mundo acadêmico ganhava, assim, novos contornos e novas cores (RAGO, 1998, p. 90).

A partir da história das mulheres que começou, dentro do espaço acadêmico, a se discutir mais sobre a categoria gênero, sobretudo entre as décadas de 1980 e 1990. Muitos estudiosos se debruçaram sobre o estudo do gênero como um novo campo do saber, ressaltando a ideia de que a divisão social seria mais importante do que a sexual, uma vez que as mulheres eram colocadas como inferiores e submissas aos homens. Mas por parte das mulheres ocorreu a reivindicação de uma nova linguagem capaz de traduzir suas experiências no tempo, mas que também fosse capaz “então, de encontrar as categorias adequadas para conhecer os mundos femininos, para falar das práticas das mulheres no passado e no presente e para propor novas possíveis interpretações inimagináveis na ótica masculina” (RAGO, 1998, p. 92). Dessa forma, segundo Margareth Rago:

A categoria do gênero permitiu, portanto, sexualizar as experiências humanas, fazendo com que nos déssemos conta de que trabalhávamos com uma narrativa extremamente dessexualizadora, pois embora reconheçamos que o sexo faz parte constitutiva de nossas experiências, raramente este é incorporado enquanto dimensão analítica. É claro que não estou me referindo apenas à importância dos estudos da sexualidade, como a história do amor, das práticas sexuais, da prostituição ou da homossexualidade. Muito mais do que isto, penso na dimensão sexual que constitui nossa subjetividade e que habita nossas práticas cotidianas, muito além das relações especificamente sexuais, como as entendemos. Uma partilha cultural que se tem até recentemente considerado como fundamental entre o universo masculino e o feminino, separando os corpos e opondo-os entre si. Ao mesmo tempo o desejo é pouco pensado e problematizado em nossos estudos, mesmo porque temos ainda operado com categorias pouco flexíveis que dão conta de algumas dimensões das relações sociais, muito mais racionais do que emocionais, psíquicas, intuitivas, sentimentais e afetivas, o que sem dúvida empobrece demais a experiência humana (RAGO, 1998, p. 92).

Já para Rachel Soihet e Joana Maria Pedro (2007), dar voz às mulheres e adentrá-las na história foi, de certa forma, uma maneira de reparar em parte a exclusão sofrida por elas em toda a história. Para essas autoras, agora não se trata mais de só reparar uma exclusão, mas sim de “buscar formas mais eficientes de fornecer legitimidade ao que temos feito, ou seja, a constituição de um novo campo de estudos, intitulado “História das Mulheres e das Relações de Gênero” (SOIHET; PEDRO, 2007, p. 282).

Nesse sentido, assim como Rago (1998), Rachel Soihet e Joana Maria Pedro (2007) demonstram como o estudo das mulheres foi adentrando os temas da investigação histórica bem como em diversos encontros e eventos acadêmicos nos quais se discutiram tais questões. Para tanto, as autoras salientam que foi com o desenvolvimento de campos como o da História das Mentalidades e da História Cultural que houve o reforço da abordagem sobre o feminino e que, além disso, tais campos de pesquisa estabeleceram importantes parcerias acadêmicas onde se

apoiaram “em outras disciplinas – tais como a literatura, a linguística, a psicanálise e, principalmente, a antropologia –, com o intuito de desvendar as diversas dimensões desse objeto” (SOIHET; PEDRO, 2007, p. 285).

As autoras destacam que as transformações ocorridas na historiografia estiveram intrinsecamente ligadas aos movimentos feministas, principalmente a partir dos anos 1960. Tais mudanças tiveram um papel altamente decisivo no processo em que as mulheres se tornaram objetos de estudo e sujeitos da História, fazendo emergir o campo de estudo da História das Mulheres.

A partir dessas perspectivas e conectados aos acontecimentos recentes, muitos pesquisadores brasileiros desenvolveram estudos sobre o *impeachment* de Dilma Rousseff e a violência de gênero existente não apenas nas manifestações a favor da sua deposição, mas em toda a sua trajetória política. Afinal, Rousseff foi a primeira mulher eleita para a presidência do Brasil, um fato histórico que mesmo assim não foi muito enfatizado pela grande mídia nacional.

Neste espaço, destacamos a importância dos estudos do campo da História do Tempo Presente (HTP) em que muitos historiadores, em especial da esfera do político, têm se orientado para produzir investigações. A HTP, enquanto campo de estudo, surgiu no final da década de 1970, por meio de historiadores que estavam interessados em compreender os acontecimentos contemporâneos do século XX, como a Revolução Russa, as guerras mundiais e o Socialismo Real. Sobre isso, interessante é o posicionamento do historiador medievalista Jacques Le Goff, que assim escreveu:

O presente me interessa antes de tudo como cidadão, como homem do presente, mas diante dos acontecimentos, dos fenômenos, dos problemas importantes, minha reação é de um historiador aluno de Marc Bloch. Esclarecer o presente pelo passado e o passado pelo presente (LE GOFF, 1999, p. 93).

Enfim, foi notório como Dilma Rousseff sofreu (e ainda sofre) preconceitos por ser mulher. Mas é isso que nos impulsiona a direcionar nosso olhar para entendermos outras nuances da sociedade brasileira como o preconceito, o sexismo, o conservadorismo e as consequências disso, que atingem todos os sujeitos históricos deste país em que “as mulheres ainda não estão inseridas de forma igualitária na política brasileira” (SALIBA; SANTIAGO, 2016, p. 94). Além disso:

A luta pela ampliação da participação efetiva das mulheres no cenário político parece ainda mais árdua e lenta do que a luta pelo voto feminino em si no Brasil. (BOITEUX, in PRONER et al., 2016, p. 262). Afinal, esta luta iniciou-se

em 1910 e, apenas chegou ao fim com a concretização do direito ao sufrágio feminino garantido constitucionalmente em 1934. Ou seja, foram 24 anos de luta para a instituição do voto para as mulheres e, agora em 2016, 82 anos depois, ainda vivencia-se a participação ínfima da mulher dentro da política brasileira (SALIBA; SANTIAGO, 2016, p. 94).

É necessário que se tenha uma maior representatividade das mulheres nas áreas sociais, sobretudo na política, para que elas possam ocupar tais espaços, combaterem as múltiplas violências que ainda sofrem, defenderem seus direitos já conquistados e avançarem nos desafios que representam barreiras para a concretização do papel conferido ao Estado Democrático de Direito.

Portanto, propomos aqui analisar uma série temática dos referidos *memes*, a partir das categorias de misoginia, machismo e sexismo. É preciso destacar que compreendemos ainda que uma imagem não é simplesmente uma mera ilustração e que nunca se situa de forma isolada. Por isso, o próprio pesquisador pode elaborar uma série de imagens ao estabelecer critérios como tema e estilo para analisá-las enquanto fonte (SCHMITT, 2007, p. 41).

Neste momento, discutiremos primeiro os significados das supracitadas categorias de análise. Começaremos tratando da misoginia que significa:

O discurso de ódio contra as mulheres, um discurso que faz parte da história do patriarcado, do sistema da dominação e dos privilégios masculinos, daquilo que podemos chamar de machismo estrutural, o machismo que petrifica a sociedade em sua base e impede transformações democráticas. Quero dizer com isso que a luta pela democracia hoje se confunde com a luta contra a misoginia e todos os ódios a ela associados no espectro amplo do ódio à diferença (TIBURI, 2016, n.p apud SALIBA; SANTIAGO, 2016, p. 96).

Percebemos em diversos *memes* e também nas manifestações pró-*impeachment* de Rousseff, a violência de gênero que está impregnada no meio social, que junto da misoginia, ficou tão evidente durante o contexto que estamos discutindo. Ainda em relação à misoginia voltada para o governo de Dilma Rousseff, é preciso evidenciar:

A misoginia presente no governo Dilma não se relaciona apenas com o fato desta ser diminuída como ser humano por meio de campanhas midiáticas que questionavam sua sexualidade ou intentavam oprimi-la pela sua condição de mulher. Em outras palavras, lutar pela erradicação da misoginia não se trata apenas de garantir um tratamento humano, conferindo à mulher a posição de sujeito merecedor de um “bem-estar”. Trata-se, principalmente, de permitir que o gênero feminino possa atuar e participar ativa e efetivamente da sociedade, de forma plena e em todos os âmbitos: político, educacional, profissional, entre outros (SALIBA; SANTIAGO, 2016, p. 97).

Outro aspecto próprio de uma sociedade patriarcal é o machismo que fere não somente as mulheres, mas que atinge também os homens, sobretudo nas questões emocionais mediante as relações afetivas. Cabe ainda ressaltar que a cultura do machismo em nosso país continua ofertando manutenção aos relacionamentos abusivos, que por vezes culminam na violência doméstica e nos casos de feminicídio: trata-se de homens que matam mulheres por serem mulheres. No que diz respeito a essa cultura machista, “Autores como Arrazola e Rocha (1996) caracterizam o machismo como uma ideologia que determina que os homens controlem o mercado, o governo e a atividade pública e que as mulheres sejam subordinadas a eles, dividindo-os nos espaços público e privado” (BALBINOTTI, 2018, 247).

Quando pensamos em machismo, entendemos que este está associado à dominação do homem em relação à mulher. Em uma matéria do *site Uol*, sob o título *Violência contra a mulher: Machismo, sexismo e misoginia: quais são as diferenças?*¹, há o debate sobre esses três conceitos que estamos discutindo - machismo, sexismo e misoginia –, que estão relacionados às suas próprias especificidades, mas todos eles estão conectados à cultura patriarcal.

Além disso, a referida matéria definiu o machismo como estando inteiramente relacionado ao homem colocado como superior em relação à mulher. Portanto, no machismo a mulher é vista como inferior, seja por aspectos intelectuais, físicos ou culturais. Sobre a misoginia, ainda conforme a matéria, está relacionada ao ódio contra a mulher em que o homem expressa sentimentos cruéis através, inclusive, da repulsa.

Por fim, sobre o sexismo é argumentado que ele está voltado para a ideia de que o homem é melhor do que a mulher e mais competente do que ela. A mulher é vista como incapaz de exercer determinadas funções, como na política. Pâmela Caroline Stocker e Silvana Copetti Dalmaso (2016, p. 683) afirmaram que o sexismo se associa às “manifestações que relacionam a mulher a papéis tipicamente associados ao feminino, como o cuidado com o ambiente doméstico (lavar a louça, limpar a casa) ou a preocupação com a beleza (plásticas, perda de peso) e xingamentos como vaca, safada, vagabunda” (STOCKER; DALMASO, 2016, p. 683).

Pelo exposto e à luz dessas categorias que analisaremos, a seguir, a série de *memes* que aborda os argumentos usados pelas vozes favoráveis ao *impeachment* da então presidenta Dilma

¹ Disponível em: <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2018/12/03/machismo-sexismo-e-misoginia-quais-sao-as-diferencas.htm>. Acesso em: 27 jul. 2020.

Rousseff e que foram viralizados nas mais diversas redes sociais, alcançando um sem-número de brasileiros de distintas faixas etárias.

Por fim, quanto aos *memes*, que são releituras de imagens, vídeos ou textos, cabe ainda esclarecer que eles surgiram nas sociedades midiáticas, enquanto um fenômeno cultural e não apenas são constantemente reproduzidos, mas também são reelaborados mediante as novas demandas de diferentes contextos, “ou seja, cada indivíduo utiliza o sentido do meme e o ressignifica continuamente em cada replicação a fim de compartilhar novos enunciados e adquirir um determinado capital social” (ARAÚJO, 2012, p. 17). Além disso, aqueles que produzem os *memes* normalmente imprimem neles alguma característica que provoque o riso, seja através do humor, sarcasmo, piada, ironia ou deboche para que assim consigam obter uma circulação viral, isto é, para que tais *memes* se tornem um sucesso entre os internautas, como os que analisaremos a seguir.

Natalia Botelho Horta (2015), em sua dissertação de mestrado, trabalhou com o *meme* em uma perspectiva semiótica na busca de compreendê-lo como uma linguagem da internet. Concordamos e seguimos com suas orientações teórico-metodológicas neste estudo, uma vez que percebemos o *meme* como uma junção de linguagem verbal e não verbal que juntos constroem e dão sentido ao mundo.

As vozes contrárias à ex-presidenta Dilma Rousseff: uma análise dos *memes*

Como expomos, o *meme* se impôs na sociedade contemporânea e midiática como uma nova forma de comunicação que se pauta em imagens, textos e vídeos recriados e que são rapidamente compartilhados pelos internautas. O *meme* expressa uma ideia, uma visão de mundo, provoca debates e estimula as pessoas a expressarem suas opiniões sobre determinado tema. Normalmente contém uma carga humorística que contribui, indiscutivelmente, para a sua viralização.

No contexto em que ocorreu o processo de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, tornaram-se demasiados os *memes* produzidos em torno da questão. As opiniões estavam divididas e os *memes* deram visibilidade à tamanha polarização dos brasileiros que apoiavam a presidenta e os que torciam para a concretização do *impeachment*. Várias narrativas foram criadas e disputaram a opinião pública dos brasileiros. Como pontuamos, construímos metodologicamente

uma série temática de *memes* com o conteúdo direcionado ao discurso favorável à concretização do *impeachment*. Então vejamos:

Figura 1 – Meme Satanás expõe Dilma



Disponível em: <https://m.gp1.com.br/noticias/internautas-publicam-memes-apos-maranhao-anular-votacao-394287.html>. Acesso em: 24/10/2020.

O *meme* acima é uma postagem situada na plataforma do *Twitter*, uma rede social usada por grande parte dos internautas como uma espécie de *microblog*, servindo como espaço de comunicação e interação social. O perfil sob o nome de “Satanás” traz a foto de um gato preto, com chifres vermelhos e olhos brancos. A foto analisada em conjunto com o nome do perfil comunica, de certa maneira, o cômico. A postagem publicada diz: “O preço que cobre da Dilma pela anulação do *impeachment* foram 54,5 milhões de almas”. 93 perfis retuitaram essa postagem, ou seja, compartilharam a mensagem original do perfil @SenhorSatanás que continha, até então, 113 curtidas até às 13 horas do dia 9 de maio de 2016. Nesse contexto ocorreu a anulação da votação do processo de *impeachment* que estava definida para o dia 17 de abril, pelo presidente substituto da Câmara dos Deputados, Waldir Maranhão. Entretanto, após confronto com Renan Calheiros, presidente do Senado, a anulação foi derrubada e a votação continuou firmada para a data em que estava definida.

Outro aspecto da referida postagem que chama nossa atenção: o recurso que ela fez à esfera da religiosidade. O Brasil, Estado laico, é majoritariamente constituído por cristãos, posto que historicamente o Cristianismo firmou raízes profundas em nossa sociedade.

Durante a colonização por parte principalmente de Portugal, foi estabelecida uma reeducação religiosa, em que missionários ensinavam aos nativos a religião católica. E a Igreja era a responsável por fazer uma —unidade nacional. Logo, a lei do Estado era considerada - e confundida - como a lei divina que deveria ser seguida [...] Com a independência do Brasil, em 07 de setembro de 1822, as

relações Igreja/Estado construídas nos quase três séculos do Brasil Colônia continuaram basicamente intactas, sendo mantido o Regime do Padroado e a continuando a Igreja Católica envolvida nos assuntos supostamente imperiais exercendo forte influência no campo social e político (KALESKI, 2016, p. 10).

Dito isso, é possível inferir que tal postagem buscou provocar, especialmente nos internautas opositores da presidenta Dilma Rousseff, o riso e o deboche, bem como o rebaixamento da imagem pública de Rousseff. Afinal, pela análise da figura acima, há uma sugestão que a presidenta teria, em desespero, procurado meios imorais – nesse caso, o apelo a Satanás – para se preservar no poder. Essa mulher, incapaz de se manter sozinha, teve que fazer uma súplica a essa figura (masculina) mitológica de forte carga negativa, posto que em nossa sociedade Satanás serve como modelo vivo para conduta humana sobre o que não se deve ser e fazer. Entendemos o conceito de mito conforme definido por Eliade (1972, p. 11), para quem “o mito é uma realidade cultural extremamente complexa, que pode ser abordada e interpretada através de perspectivas múltiplas e complementares”. Satanás resolveu expor publicamente, através de sua rede social, o acordo: em troca de Rousseff conseguir, através dele, não sofrer o *impeachment*, ela teria que pagá-lo, não em dinheiro ou coisas materiais, mas com vidas: 54, 5 milhões de almas. Há o aspecto da crueldade. Verificarmos, em especial, também os ecos do sexismo empregados nessa mensagem que por vezes se reproduziu no espaço virtual.

Nesses termos, vale ressaltar que no imaginário ocidental as mulheres eram “diabolizadas por agir uma ordem tida por natural na medida em que subvertem as funções e papéis representados por homens e mulheres” (ANCHIETA, 2014, p. 16). Assim sendo, ainda de acordo com a autora, as mulheres não atendiam às normas sociais naturais definidas por Deus e pelos homens.

Em linhas gerais, Isabelle de Melo Anchieta (2014) ressaltou que as mulheres teriam sido vítimas passivas de estereótipos, onde muitas fizeram uso das suas imagens ao seu favor, onde algumas se tornaram celebridades, na qual conseguiram passar da possessão à santidade (seguindo a imagem de Maria Madalena).

Seguindo essa linha, é notável que as mulheres que faziam uso da imagem de Maria Madalena a seu favor buscavam associar a sua imagem com a de uma mulher santa, da Igreja. Já aquelas mulheres que relutavam em seguir as normas impostas pelos homens, eram vistas como diabólicas. Pensando no caso Dilma, foi comum a associação da sua imagem com a de uma bruxa, diabólica, por ter exercido um cargo que por muito tempo era associado à figura

masculina, onde foi possível notar em muitos *memes* essa associação e outros denotativos que a ligava ao viés diabólico. Assim, em relação à imagem de bruxa, Isabelle de Melo Anchieta (2014, p. 24) salientou que “a imagem da bruxa é uma transgressão dos papéis sociais. Tida por isso como fora da ordem: sobrenatural. Uma desordem de papéis entre homens e mulheres que gradualmente justificará a desordem social”.

Vejamos o próximo *mememe* elencado para verificação:

Figura 2 – *Meme* sobre a marcação de gênero feminino



Disponível em: <https://www.tecmundo.com.br/politica/104721-memes-afastamento-presidente-dilma-rousseff-senado.htm>. Acesso em: 25/10/2020.

O *meme* da figura 2 traz a imagem centralizada de um dinossauro com uma pata embaixo da mandíbula inferior, posição essa que remete à imagem da escultura *Pensador*, do francês Auguste Rodin, muito difundida em nossa sociedade. O dinossauro verde viralizou na internet e são demasiados os *memes* em que ele apareceu, como um pensador, realizando reflexões sobre os mais diversos temas sociais e cotidianos. Conquistou os usuários das redes sociais como o *Facebook*, outra rede social que permite o compartilhamento de imagens, mensagens, vídeos e conversas com amigos.

Sobre a “reflexão” desse *meme*, temos a mensagem provocativa que está escrita com letras grandes na cor branca que faz um contraste com o fundo chamando a atenção, dizendo: “Quando o Temer assumir é Presidente ou volta a valer o português correto?”. Tal reflexão é pautada na ironia e busca suscitar o riso do público, afinal o que está em jogo é a flexão de

gênero do substantivo presidente. Neste caso, o termo “presidente” é substantivo de dois gêneros, que serve para designar “a” e “o” presidente. O fato é que Dilma Rousseff sancionou um decreto-lei, – a Lei de 3 de abril de 2012 – determinando o emprego obrigatório da flexão de gênero nos diplomas emitidos pelas instituições de ensino públicas e privadas. Houve divergência de opiniões entre os brasileiros, mas também um grande debate entre os estudiosos da gramática.

Percebe-se que há divergência de opiniões entre renomados gramáticos, tais como Celso Cunha, que ressalta que o feminino (relativo à presidenta) ainda se apresenta com curso restrito no idioma, em se tratando do Brasil; Evanildo Bechara e Luís Antônio Sacconi admitem como corretas as duas formas; João Ribeiro afirma que "o uso de formar femininos em “enta” dos nomes em “ente”, como presidenta, almiranta, infanta, tem-se pouco generalizado". Por último, citamos as palavras de Domingos Paschoal Cegalla, o qual revela que “presidenta” é a forma correta e dicionarizada, ao lado de presidente.²

Ou seja, isso se tornou polêmico e dividiu opiniões de especialistas. Percebemos que há controvérsias no que diz respeito ao “português correto” de que fala o referido *meme*, mas isso é ignorado na mensagem que passa o entendimento de que Dilma Rousseff, em ato de ignorância, fez mau uso do português, já que se pressupõe que o termo “presidenta” é equivocado. Esse pensamento, sem a devida crítica, foi veiculado nas redes sociais e atingiu centenas de brasileiros que foram influenciados a concluir que o emprego da palavra presidenta, além de incorreto, seria inadmissível vindo daquela que exercia a autoridade máxima da política brasileira. As capacidades mental, intelectual e psicológica de Dilma Rousseff foram insistentemente questionadas pelos seus opositores que, via de regra, utilizaram desses argumentos para rebaixar a presidenta no exercício de suas funções.

Desde a primeira eleição da Dilma Rousseff, muito se ouviu a respeito de como ela ia liderar o país sendo que ela era uma mulher, e até mesmo quando o país começou a entrar em crise “isso tudo estava acontecendo porque ela era uma mulher”. Assim como se escuta comentários do tipo “não sabe dirigir porque é mulher”, “não pode julgar um caso direito porque é mulher”, ou seja, nas tarefas mais simples do cotidiano se ouve essa justificativa que não se pode fazer determinada tarefa porque é “mulher”. Os comentários machistas sobre a presidente aparecem nos mais diversos espaços (CARDOSO; SOUZA, 2016, p. 56).

É fato que a nossa sociedade permanece, em vários pontos, machista. Isso posto, ressaltamos que grande parte das múltiplas violências que as mulheres sofrem se tornou socialmente aceita, isto é, são violências que foram naturalizadas, como por exemplo aquela que

² Disponível em: <https://www.portugues.com.br/gramatica/a-presidente-ou-presidenta-qual-das-formas-devemos-utilizar.html>. Acesso em: 30 out. 2020.

apresenta seus corpos como fonte de entretenimento ou pauta de críticas, além de serem constantemente colocados por várias publicidades como disponíveis para assédios.

Ademais, é por meio das piadas que se aparentam inocentes e até mesmo neutras, que ocorre o reforço de preconceitos e discriminações que pesam, especialmente, sobre os ombros de grupos oprimidos, como ainda é o caso das mulheres. Dilma Rousseff experienciou isso de forma intensa, durante o processo de *impeachment*, como podemos ver também no *meme* exposto na figura 3:

Figura 3 – Piada ou discurso machista?



Disponível em: <https://br.pinterest.com/pin/483714816219479125/>. Acesso em: 29/11/2020.

Pela análise do *meme* acima, podemos identificar a imagem de Dilma Rousseff com uma expressão facial de quem está gargalhando. Isso porque ao lado da sua fotografia, há uma mensagem verbal. Trata-se de uma piada, onde se lê: “De quantas mulheres precisamos para acabar com o Brasil?” embaixo da pergunta, temos a resposta: “Diuma”. O possível humor da piada reside, portanto, no trocadilho feito entre as palavras “Diuma” e “Dilma”. Isto é, para se acabar com o país, seria necessário apenas uma mulher, necessariamente essa mulher: a presidenta Rousseff.

Podemos detectar através das nossas categorias de análise, a violência de gênero expressa no sentimento de repulsa contra a mulher, muito visível na mensagem quando vista de modo crítico. Pelo pressuposto do enunciado, a mulher carrega em si o elemento de destruição. Para um país continental como o Brasil, nessa linha de raciocínio, bastaria a união de algumas mulheres para acabar com ele. Entretanto, para os opositores de Dilma Rousseff que (re) produziram tal *meme*, ela sozinha dispensaria tal união feminina, sendo capaz de fazer por conta

própria o estrago monumental. Percebemos, através da análise, que há o deboche, a ideia de superioridade e a crueldade direcionados para a então presidenta.

Por fim, nessa mesma linha encontramos outro *memé* que traz um diálogo entre Dilma Rousseff e aquele que é considerado um dos maiores empresários e comunicadores do Brasil na atualidade: Silvio Santos.

Figura 4 – Dilma desempregada?



Disponível em: <https://www.tecmundo.com.br/politica/104721-memes-afastamento-presidente-dilma-rousseff-senado.htm>. Acesso em: 31/11/2020.

Na parte superior da imagem, o que vemos é o rosto de Dilma Rousseff inclinado, estabelecendo diálogo com alguém que a olha. Há uma mensagem verbal que revela ao público do que se trata a conversa, pois lê-se o seguinte questionamento escrito em letras maiúsculas: “Se eu precisar de um emprego posso ser revendedora Jequití?”. Em seguida, temos uma imagem de Silvio Santos, que voltado para ela responde, em letras maiúsculas, a recusa expressa pelo curto e direto “não”. Há também outros dizeres, com um destaque menor: “Tchau, querida”, com o logotipo do *Facebook*. Diante disso, aparece, por fim, a imagem de Dilma Rousseff fazendo uma expressão de frustração e choro, como costumam fazer as crianças que não conseguem o que querem.

Pela análise do conteúdo desse *meme*, é visível que o humor pretendido se baseou na possibilidade tangível da deposição de Dilma Rousseff, que a colocaria na mesma situação de milhões de brasileiros: do desemprego. Sobre esse ponto, Giuliana Franco Leal (2011) fez uma pesquisa de campo com trabalhadores de São Paulo e com militantes de um movimento de trabalhadores desempregados, nas cidades de Campinas e do Rio de Janeiro, onde conseguiu constatar que “para os mais qualificados, o desemprego é vivido como uma “vergonha”, enquanto, entre os menos qualificados, com trajetória de trabalhos precários, o desemprego é só mais um desafio de sobrevivência” (LEAL, 2011, p. 653). Diante disso, pelo *meme*, é possível inferir que o desemprego foi tido pela presidenta enquanto motivo de vergonha, o que fez com que ela, pela possibilidade de ficar desempregada, logo recorresse a um homem para ajudá-la. Silvio Santos, dono não só da popular rede de televisão aberta brasileira SBT, mas também dono de empresas como a citada Jequití, que trabalha com cosméticos e perfumaria, objetivamente negou-lhe a oportunidade de ser revendedora e com isso ter garantida uma fonte de renda. Contudo, ao pensarmos a questão de gênero que perpassa o mercado de trabalho em nosso país, é preciso ressaltar:

Dados do IBGE de 2017 apontam que o envolvimento das mulheres em atividades produtivas é menor que o dos homens; aquelas que participam do mercado de trabalho ocupam posições menos valorizadas socialmente e com remuneração média 28,8% inferior à dos homens, cerca de um terço ganhava até um salário mínimo; além disso, a desocupação é maior entre as mulheres, especialmente jovens, do que entre os homens; e quase metade daquelas ocupadas não possuía carteira assinada, trabalhando em atividades informais, por conta própria ou como auxiliares de familiares. Sobre as mulheres negras, a desigualdade tem ainda maior peso pela dupla discriminação enfrentada no mercado de trabalho, sua remuneração média é 70,5% menos que as mulheres brancas (CUTRIM; SEFAIR, 2019, p. 38).

Pelo exposto, fica claro como a divisão do trabalho em nosso país opera, menosprezando a realidade das mulheres em relação às suas atividades laborais junto às suas responsabilidades relacionadas aos afazeres domésticos que, ao final de tudo, implicam na chamada dupla jornada de trabalho que elas exercem. Ademais, ainda há uma forma de deboche com o fato de Rousseff buscar um emprego de revendedora de cosméticos, o que a sociedade machista associa a uma ocupação profissional tipicamente feminina, tal como os cuidados estéticos, que no mercado de beleza, esteve, desde há muito, direcionado apenas para as mulheres. Mas isso tem se transformado mediante a modificação da mentalidade social sobre os papéis de gênero, considerando também a imagem do homem a partir de um novo perfil consumidor, que emergiu recentemente:

Segundo Garcia (2011) estamos acompanhando desde os anos 2000 uma gradativa mudança no perfil de consumo masculino, muitas vezes criticada como um comportamento de consumo feminino, mas que tem feito crescer as vendas de alguns produtos antes direcionados especificamente para o público feminino. Segundo o autor, os estudos empíricos ainda são muito incipientes e podem avançar mais, o que demonstra uma lacuna de pesquisa a ser explorada (MÁXIMO; LEITE, 2017, p. 2).

Retomando as categorias que estamos empregando para análise, percebemos também que elas aparecem escancaradas no *meme*, sobretudo nestes pontos: a mulher como a pessoa que se posiciona a partir de projeções mentais. Rousseff, no caso, ainda estava enfrentando o processo de deposição, mas adiantando o resultado favorável ao seu *impeachment*, logo se desesperou para a atitude de buscar um novo emprego. A busca não se deu como procura formal, a partir de uma entrega de currículo, por exemplo, mas se deu através de um questionamento que soou quase como um favor. O homem, Silvio Santos, considerado um líder e um chefe admirado por grande parte da sociedade brasileira, tem o poder de decidir sobre ajudá-la ou não. E ele decide, de forma direta. Ciente de que não receberia tal ajuda, então Rousseff apareceu frustrada e emotiva, como uma criança mimada – mas que por essa mentalidade apareceu como ela é: uma mulher.

Considerações finais

Por meio dos movimentos feministas nas sociedades ocidentais é que as mulheres conseguiram, ao longo do tempo, conquistar alguns direitos. Entretanto, os movimentos continuam, múltiplos e engajados, posto que ainda há muitos desafios para serem vencidos nas questões que se referem aos papéis de gênero, à cidadania e aos reconhecimentos sociais a serem redefinidos. Especialmente no Brasil em que, nos termos políticos, ainda há uma tímida representatividade, posto que muitos dos nossos partidos políticos continuam pagando multas por não cederem espaço para que as mulheres possam integrá-los e concorrerem a cargos políticos.

Nessa perspectiva, é indiscutível que Dilma Rousseff fez história já que ela foi a primeira mulher a ser eleita presidenta da República em nosso país. Foi reeleita, mas em seu segundo mandato enfrentou o processo de *impeachment*, que teve início oficialmente no final do ano de 2015 e foi concluído no ano seguinte. Todo o processo político da deposição da presidenta mobilizou a sociedade brasileira. O modo como dividiu opiniões ainda pode ser observado através do engajamento dos internautas nas redes sociais. Tanto pela atuação daqueles que a apoiaram, quanto especialmente daqueles que estavam convencidos e dispostos a convencer outros mais da necessidade urgente de derrubá-la do poder. Por meio dos *memes* virtuais

elencados, observamos que os que se posicionaram contrários à Dilma Rousseff produziram, por meio dessa linguagem da internet, discursos em grande parte pautados na desqualificação da sua imagem enquanto mulher. Houve um enfoque patriarcal que ecoou machismo, misoginia e sexismo em altos níveis e que teve grande alcance de público, devido à carga viral que é própria dos *memes*.

Em suma, percebemos a importância que as redes sociais têm assumido em nossa sociedade, sobretudo em um contexto de crise política. Assim, o espaço virtual capaz de dar visibilidade a uma diversidade de ideias e narrativas, foi insistentemente explorado por grande parte da sociedade brasileira que se manifestou sobre o processo político que enfrentou Dilma Rousseff. Pela análise dos argumentos das vozes contrárias sobre a presidenta continuar a exercer sua função, percebemos o quanto a nossa sociedade ainda precisa investir em uma educação transformadora, capaz de conscientizar as pessoas para que juntas assumam o compromisso de transformar a realidade concreta em que estamos inseridos, promovendo valores sociais de justiça, solidariedade e altruísmo para que, enfim, os grupos sociais que ainda são oprimidos, como as mulheres são, deixem de ser tratados efetivamente como inferiores, subumanos e objetos.

Referências Bibliográficas

ANCHIETA, Isabelle de Melo. **Imagens da Mulher no ocidente Moderno**. 2014. 39f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade de São Paulo), São Paulo, 2014.

ARAÚJO, Juliana Xavier de. **Memés: a linguagem da diversão na internet - análise dos aspectos simbólicos e sociais dos *rage comics***. 2012. 86f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Comunicação Social/ Jornalismo) - Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

BALBINOTTI, Izabele. A violência contra a mulher como expressão do patriarcado e do machismo. **Revista da Escola Superior da Magistratura do Estado de Santa Catarina**, v. 25, n. 31, p. 239-264, 2018.

BECKER, C. et al. Manifestações e votos sobre impeachment de Dilma Rousseff na primeira página de jornais brasileiros. **Alaic – Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación**, v. 13, n. 24, p. 96-113, 2016.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a Televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

CARDOSO, Yasmim R. G.; SOUZA, Rafael B. R. Dilma, uma “presidente fora de si”: o impeachment como um processo patriarcal, sexista e midiático. **Revista Pauta Geral-Estudos em Jornalismo**, Ponta Grossa, v. 3, n. 2, p. 45 – 65, 2016.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações.** Trad. Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand, 1990.

CUTRIM, Isadora Abreu; SEFAIR, Clara. A Necropolítica Neoliberal e as Políticas de Austeridade no Governo de Jair Bolsonaro: As Reformas, as Mulheres e a Cidade. **PIXO - Revista de Arquitetura, Cidade e Contemporaneidade**, v. 3, n. 10, p. 30-45, 2019.

ELIADE, Mircea. **Mito e Realidade.** São Paulo: Perspectiva, 1972.

FREIRE FILHO, João. Força de expressão: construção, consumo e contestação das representações midiáticas das minorias. **Revista FAMECOS**, n. 28, p. 18-29, 2005.

HORTA, Natália Botelho. **O Meme como Linguagem da Internet: uma perspectiva semiótica.** 2015. 191f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Programa De Pós-Graduação, Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

KALESKI, Joanita. **Estado laico e a presença da religiosidade.** 2016. Disponível em: <https://www.unaerp.br/revista-cientifica-integrada/edicoes-anteriores/volume-2-edicao-4/2055-estado-laico-e-a-presenca-da-religiosidade/file>. Acesso em: 25 out. 2020.

LEAL, Giuliana Franco. Trabalhadores desempregados e luta coletiva: dificuldades e possibilidades. **Caderno CRH**, Salvador, v. 24, n. 63, p. 647-662, 2011.

LE GOFF, Jacques. A visão dos outros: um medievalista diante do presente. In: CHAUVEAU, Agnes; TÉTARD, Philippe (Orgs). **Questões para a história do presente.** Bauru, SP: Edusc, 1999, p. 93-102.

LOPES, Amanda Rezende. **Representação da mulher na mídia: um estudo sobre poder e felicidade femininos.** 2017. 62f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Comunicação Social) - Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

MÁXIMO, Aryane Ribeiro; LEITE, Ramon Silva. Novas Concepções de Gênero: O homem vaidoso e os tipos de consumidores metrosssexuais. **CBR - Consumer Behavior Review**, v. 1, p. 62-79, out. 2017.

MORENO, Rachel. **A imagem da mulher na mídia: controle social comparado.** 2º ed. São Paulo: Expressão Popular - Fundação Perseu Abramo, 2017.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais: investigações em psicologia social.** Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

PESAVENTO, Sandra Jatthy. **História e História Cultural.** 3ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

RAGO, Margareth. "Descobrimo historicamente o gênero". **Cadernos Pagu**, n. 11, p. 89-98, 1998.

SALIBA, Maurício Gonçalves; SANTIAGO, Brunna Rabelo. Bailarinas não fazem política? Análise da violência de gênero presente no processo de impeachment de Dilma Rousseff. **Revista Direitos Fundamentais e Democracia**, v. 21, n. 21, p. 91-105, dez. 2016.

SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 27, n. 54, p. 281-300, 2007.

STOCKER, Pâmela Caroline; DALMASO, Silvana Copetti. Uma questão de gênero: ofensas de leitores à Dilma Rousseff no Facebook da *Folha*. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, vol. 24, n. 3, p. 679-690, setembro-dezembro/2016.

SCHMITT, Jean-Claude. **O corpo das imagens**: ensaios sobre a cultura visual na Idade Média. Tradução de José Rivair Macedo. Bauru-SP: Edusc, 2007.

WOODWARD, Katheryn. Identidade e Diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. (Org). **Identidade e Diferença**: a perspectiva dos Estudos Culturais. Trad. Tomaz Tadeu da Silva. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.